

Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

Responsabilidades Orçamentárias e Fiscais

Aplicação dos Recursos Mínimos (15%) em Ações e Serviços Públicos em Saúde - ASPS

Que Receitas Compõem a Base de Cálculo de Aplicação Mínima em ASPS?

A Lei Complementar nº 141 define que os municípios devem aplicar no mínimo 15% em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS). Ainda nesta Lei, o seu art. 2º determina diretamente **o que são consideradas como despesas com ações e serviços públicos de saúde**, quais sejam: ações e serviços públicos de saúde voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuidos no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

É preciso, no entanto, entender sobre qual base é realizado o cálculo dessa aplicação mínima. Para efeito de cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde serão consideradas as despesas:

I - pagas;

II - liquidadas e inscritas em Restos a Pagar; e

III - empenhadas e não liquidadas inscritas em Restos a Pagar até o limite da disponibilidade de caixa do exercício.

AS SEGUINTES RECEITAS COMPÕEM A BASE DE CÁLCULO DOS MUNICÍPIOS PARA APURAÇÃO DOS 15% DE APLICAÇÃO EM ASPS

Receitas Correntes

- **Receita Tributária**

- Impostos
- Impostos sobre o Patrimônio e a Renda
- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
- Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza
- Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho
- Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos
- Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI)

- **Transferências Correntes**

- Transferências Intergovernamentais
- Transferências da União
- Participação na Receita da União
- Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal
- Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
- Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - LC Nº 87/96
- Transferências do Estado
- Participação na Receita do Estado
- Cota-parte do ICMS
- Cota-parte do IPVA
- Cota-parte do IPI sobre Exportação
- Outras Receitas Correntes
- Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
- Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis (ITBI)
- Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
- Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
- Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transmissão Inter - Vivos e Bens Imóveis (ITBI)
- Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
- Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
- Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis (ITBI)
- Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

Todas as receitas devem ser lançadas pelo seu valor bruto, vedadas quaisquer deduções, conforme estabelecido no art. 6º da Lei Federal nº 4.320/64.

Após apurado o valor total das receitas, aplicamos o percentual de 15% (quinze por cento) sobre a o montante, na qual denominamos **BASE DE CÁLCULO**, e obtemos o valor legal mínimo para que o Município aplique em ASPS no exercício financeiro em que se apura, lembrando este ser o valor mínimo, não sendo vedada aplicação em percentuais maiores, sempre lembrando em observar as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei Complementar no 141. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Lei no 4.320. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Portaria Interministerial no 163. Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_Interm_163_2001_Atualizada_2011_23DEZ2011.pdf. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOIRO FEDERAL. **Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. 6a. Brasília: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Federal, 2014. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8. Acesso em: 15 jun. 2016.